



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Álvaro Bragança Marques

ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: UMA ANÁLISE A LUZ
DO *TRUE AND FAIR VIEW* (TFV)

Brasília
2018

Marques, Álvaro Bragança

Adiantamentos Para Futuro Aumento De Capital: Uma Análise a luz do *True And Fair View* (TFV)/ Álvaro Bragança Marques–Brasília, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2018.
Bibliografia.

1. *True and Fair View* 2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital 3. Títulos de Crédito I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Adiantamentos Para Futuro Aumento De Capital: Uma Análise a luz do *True And Fair View* (TFV).

CDD –

Álvaro Bragança Marques

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Petenuzo de Britto
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

Álvaro Bragança Marques

ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: UMA ANÁLISE A LUZ
DO *TRUE AND FAIR VIEW* (TFV)

Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Gonçalves

Linha de pesquisa:

Contabilidade e Mercado financeiro

Área:

Teoria Contábil

Brasília
2018

Álvaro Bragança Marques

ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: UMA ANÁLISE A LUZ
DO *TRUE AND FAIR VIEW* (TFV)

Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Professor Doutor José Humberto da Cruz Cunha
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, 2018

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Santíssima Trindade que me ilumina e me guarda, ao Divino Pai Eterno, Maria Santíssima, Nossa Senhora da Abadia, a quem tenho individual devoção, e São Dom Bosco a quem peço intercessão na minha vida acadêmica. Agradeço a minha família pelo apoio e ensinamentos. Em especial, agradeço a minha mãe e minhas madrinhas.

Agradeço a Universidade de Brasília que me deu a oportunidade de cursar este curso, todos que direta ou indiretamente me ajudaram nessa trajetória, aos professores que compartilham seus conhecimentos e nos ensinam, e em especial ao meu orientador, Professor Rodrigo, que me ensinou além dos estudos, me concedeu diversas oportunidades, confiou e teve paciência comigo.

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo analisar como deve ser reconhecido os títulos de crédito entregues pelos sócios como adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). Para isto, foi identificado os critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos elementos patrimoniais, especificamente dos AFAC e dos títulos de crédito. Buscou-se averiguar esta questão utilizando o conceito de *True and Fair View* (TFV), que propõe uma reflexão sobre a realidade econômica da transação para sua correta evidenciação. O TFV advindo do meio jurídico britânico não é expressamente definido, porém, se volta para a sobreposição da essência sobre a forma, mesmo que isso cause um desvio à norma vigente. Diante disto, e entendendo que as normas contábeis em regra devem apresentar a visão justa e verdadeira, procurou-se analisar a questão conciliando as fundamentações normativas e a realidade da transação. Foi levantando as características gerais para reconhecimento e evidenciação de itens patrimoniais, em específico os instrumentos financeiros, que engloba os títulos de créditos. Sobre o AFAC, já que o contrato seria classificado como um instrumento financeiro, deve cumprir os requisitos de um instrumento patrimonial para sua contabilização no patrimônio líquido. No exterior também foi observado que, naqueles que possuem normativos específicos, é observado a essência da intenção do adiantamento para sua classificação no PL. Já sobre a questão do tipo de recurso aportado, em nada é alterado a essência da transação, ou seja, que foi feito um adiantamento de recursos que serão usados para aumentar o capital. A análise realizada por meio desse ensaio teórico permitiu concluir que o título de crédito emitido por sócio pode ser reconhecido, enquanto ativo financeiro mensurado a custo amortizado e, o adiantamento por meio desse título de crédito cumpre os requisitos teóricos para seu reconhecimento enquanto instrumento patrimonial. E que outra forma de evidenciação, como no passivo ou capital a integralizar, traria uma apresentação viesada. Portanto, a contabilização dos AFAC, no patrimônio líquido, por meio de títulos de crédito emitida por sócios, em contas a receber do ativo, traria a representação fidedigna a essência econômica da transação.

Palavras-chave: *True and Fair View*, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Títulos de crédito

ABSTRACT

The objective of this essay is to analyze how credit instruments delivered by the shareholders should be recognized as an advance for future capital increase (AFAC). For this purpose, the criteria for recognition, measurement and disclosure of assets, specifically the AFACs and credit instruments, were identified. We sought to analyze this issue using the concept of True and Fair View (TFV), which proposes a reflection on the economic reality of the transaction for its correct disclosure. The TFV coming from the British juridical environment is not expressly defined, however, it turns to the overlap of the essence on the form, even if this causes a deviation from the current norm. In view of this, and considering that the accounting standards as a rule must present the true and fair view, an attempt was made to analyze the issue by reconciling the normative grounds and the reality of the transaction. The general characteristics for the recognition and disclosure of equity items were raised, specifically the financial instruments, which encompasses credit titles. Regarding the AFAC, as the contract would be classified as a financial instrument, it must meet the requirements of an equity instrument for its accounting in equity. Abroad it was also observed that, in those that have specific regulations, the essence of the intention of the advance for its classification in the PL is observed. Already on the question of the type of resource provided, nothing is changed the essence of the transaction, that is, an advance was made of resources that will be used to increase capital. The analysis carried out by means of this theoretical essay concluded that the credit issued by a partner may be recognized as a financial asset measured at amortized cost and the advance by means of this credit instrument meets the theoretical requirements for its recognition as an equity instrument. And other form of disclosure, such as the liability or capital to be paid, would bring a biased presentation. Therefore, the accounting of AFACs, in shareholders' equity, through credit instruments issued by partners, in accounts receivable from the asset, would give a reliable representation of the economic essence of the transaction.

Keywords: True and Fair View; Advance for the Future Capital Increase, Credit Instruments

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Definições de <i>True and Fair View</i> na literatura	16
Quadro 2 – Definições de ativo e passivo financeiro.....	20
Figura 1 – Reconhecimento do ativo	19
Fluxograma 1 – Reconhecimento de instrumento patrimonial	21
Fluxograma 2- Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros	22
Fluxograma 3 - Reconhecimento do AFAC.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Contextualização	10
1.2 Objetivos.....	11
1.3 Justificativa	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 <i>True and Fair View</i>	14
2.2 Instrumentos Financeiros.....	18
3 ANÁLISE DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DO AFAC POR MEIO DE TÍTULOS DE CRÉDITO	24
4 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Uma entidade possui duas fontes de recursos, o capital oriundo de terceiros e o próprio. O primeiro também é conhecido como obrigação exigível, pois deverá ser quitado a terceiros em momento futuro. Já o capital proveniente do investimento efetuado pelos sócios ou acionistas não é ordinariamente reclamado, assim, em um processo de continuidade da empresa, é denominado de capital próprio. Em compensação, esses são retribuídos por meio de dividendos, lucros distribuídos, ou aumento de seus investimentos por meio de lucros retidos (RIAHI-BELKAOUI, 2004).

O Pronunciamento Conceitual Básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 00) (CPC, 2011) define o patrimônio líquido (PL), capital próprio, como interesse residual nos ativos líquidos da entidade. Niyama e Silva (2013) discorrem que o seu detalhamento é importante para tomada de decisão de seus usuários, demonstrando restrições de distribuição de resultados e diferença de direitos entre os financiadores. As principais fontes do patrimônio líquido, segundo Riahi-Belkaoui (1998), derivam do aporte dos sócios ou acionistas; valores pagos em excesso ao valor nominal e; dos lucros retidos.

As normas contábeis evitam determinar a composição do PL, devendo ser observado as legislações de cada país (FERREIRA, 2016). No Brasil, a Lei 6.404/76 decompõe o PL em: capital social; reservas de capital; de lucros; ajustes de avaliação patrimonial; ações em tesouraria e prejuízos acumulados. Carvalho, Pierri Júnior e Lorandi (2016) discorrem que a divisão do patrimônio líquido é feita para evidenciar separadamente os lucros retidos do capital dos acionistas, uma das formas de obtenção de recursos da empresa.

O capital social é fixado e apenas modificado pelo contrato ou estatuto social, após assembleia dos acionistas ou sócios (BRASIL, 1976, 2002). No cenário brasileiro observa-se uma transação denominada de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), onde recursos são aportados por sócios ou acionistas e futuramente serão utilizados incorporados ao capital social, já havendo pontuações da Receita Federal do Brasil (RFB) sobre assunto desde de 1981.

Operação atípica no cenário nacional, devido falta de regulação específica (SAES, 2016), seu reconhecimento e evidenciação gerou discussões no meio contábil, subordinado as exigências fiscais. O Fisco em 1981 emitiu entendimento que tal transação deveria ser configurada como um contrato de mútuo, portanto evidenciada como uma

exigibilidade. Em decisões posteriores da RFB (2009, 2012), entendeu-se que se irrevogável e com prazo para transformação em capital social, admitiu-se registrar no patrimônio líquido.

Após a revisão da legislação contábil pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, tem-se formalmente a separação entre a contabilidade societária das exigências fiscais, em virtude principalmente da convergência às normas internacionais de contabilidade (MARTINS *et al.*, 2013). Nesta nova etapa da normatização contábil, procurou-se analisar a essência das transações para sua correta evidenciação, incluindo os AFAC (CFC, 2009).

Neste sentido, entidades como PriceWaterhouseCoopers (PWC, 2010), empresa de consultoria e auditoria, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (FERREIRA, 2016), órgão regulador, identificaram o AFAC como um instrumento financeiro e classificado como passivos financeiros ou instrumentos patrimoniais. As normas contábeis, pronunciamentos técnicos CPC 38 (revogado parcialmente em 2018), 39, 40 e 48, definiram as características essenciais dos instrumentos financeiros e sua evidenciação, recorrendo-se aos fatos individuais de cada transação e julgamento profissional do contador para demonstrar a visão justa e verdadeira da operação.

Os adiantamentos são pouco analisados no meio acadêmico, possuindo breves considerações por alguns autores tais como Martins et al (2013) e Almeida (2010). Desse modo, alguns tópicos ainda carecem de esclarecimento sobre esta operação. Tem-se entendimento mais pacífico de adiantamentos com disponíveis e imobilizado (MARTINS *et al*, 2013; ALMEIDA, 2010), contudo, quando feito por meio de títulos recebíveis, ainda cabe reflexão. Portanto, o presente estudo busca compreender: **Como deverá ser reconhecido os adiantamentos para futuro aumento de capital quando são entregues títulos de crédito emitidos pelos sócios?**

1.2 Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos títulos de crédito emitidos pelos sócios para a entidade com intenção de futuramente aumentar o capital. Para alcançar este propósito procura-se, como objetivos específicos, identificar os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos elementos patrimoniais, especificamente dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e dos títulos de crédito.

1.3 Justificativa

Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital são recursos recebidos dos acionistas destinados a aumento de capital. A primeira normatização com esta operação ocorreu no meio tributário em 1981, com o Parecer Normativo 23/1981 da Coordenação do Sistema de Tributação (CST) da RFB, tratando da correção monetária dos acréscimos de capital para fins de imposto de renda. Considerou o AFAC como exigibilidade e obrigou sua evidenciação, para fins fiscais, fora do patrimônio líquido. Outras normas foram editadas, porém, com o fim da correção monetária dos balanços estas normas foram tacitamente revogadas (CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, 2014).

Sob a ótica contábil, Martins *et al* (2013) dissertam que, observando a essência sobre a forma, quando for por meio de instrumento formal irrevogável, demonstrando clara intenção de capitalização, o adiantamento de disponibilidades deve ser contabilizado, em contrapartida, no patrimônio líquido. Almeida (2010) corrobora discorrendo que se for assegurada a irrevogabilidade, o futuro aumento de capital não representaria um passivo da entidade, portanto, deve ser apresentado no patrimônio líquido.

Ferreira (2016) levantou as republicações de demonstrações determinadas pela CVM entre 2010 e 2015 e observou que, sobre os casos envolvendo reclassificação dos AFAC para o passivo, foi utilizado conceito de contabilização de instrumentos financeiros emitidos pelos pronunciamentos do CPC. A PWC (2010) também procurou identificar as características dos instrumentos financeiros para classificação dos adiantamentos no patrimônio líquido.

No levantamento das republicações ordenadas pela CVM (FERREIRA, 2016) e discussão de Martins *et al* (2013), os adiantamentos foram feitos com disponibilidades. Já Almeida (2010) vai apresentar adiantamentos feitos com imobilizado. Portanto, ainda necessitam de alguma reflexão sobre possibilidade de aporte de outras formas, como o adiantamento feito por títulos de crédito emitidos por sócios.

Considerando-se que objetivo principal do relatório contábil-financeiro é fornecer informação útil a seus usuários acerca da posição patrimonial e financeira da entidade, entende-se que esta informação deve ser relevante e representar fidedignamente os fenômenos que reporta (CPC, 2011). Assim sendo, dependendo da evidenciação dada a transação, como a que procura observar neste ensaio teórico, ela pode ir de encontro ao objetivo do relatório contábil e gerar uma informação inapropriada e análises viesadas.

Segundo Riahi-Belkaoui (1998, p. 15) a “análise financeira é um sistema de processamento de informação usado para prover informação relevante para tomada de decisão

[...] Basicamente, várias contas dos relatórios financeiros publicados são avaliadas em relação a outras para produzir indicadores de performance que são comparados com padrões estabelecidos”. Complementa o autor que o fator primordial da análise é o entendimento da estrutura contábil das demonstrações, base para análises, portanto, à medida que uma transação não representa fielmente seu impacto nas demonstrações contábeis-financeiras, esta provocará um viés na análise do usuário externo.

A análise das demonstrações contábeis pode atender interesses de diferentes usuários. Entre outras informações, fornecedores da empresa se interessam na capacidade de pagamento da empresa. Acionistas observam os parâmetros de lucratividade. O Governo se utiliza de indicadores contábeis em processos licitatórios. E intermediários financeiros são subsidiados pelos indicadores financeiros na concessão de crédito (ASSAF NETO, 2015).

Ferreira (2016) aponta que uma grande preocupação dos gestores na classificação de instrumentos financeiros é relacionada a questão tributária, o reconhecimento de um instrumento como patrimonial ou passivo financeiro gera diferentes planejamentos tributários. Se os adiantamentos, análogos a instrumentos patrimoniais, não puderem ser feitos com títulos de crédito, por exemplo, seria um passivo da empresa, acarretando distintas repercussões fiscais e contábeis futuras.

Outros aspectos quanto a contabilização desta transação são os desdobramentos atrelados ao seu reconhecimento. Santos (2011) discorre que os adiantamentos para aumento de capital entram na apuração de haveres dos sócios. Os Juros Sobre Capital Próprio são calculados sobre as contas do PL, conforme lei 9.249/1995, portanto, incluiriam os AFAC. Diferentes operações que dependem dos valores do patrimônio líquido, como equivalência patrimonial de controladas e coligadas, são impactadas pelo reconhecimento de AFAC.

Portanto, a relevância do presente estudo percebe-se no avanço das reflexões teóricas sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, especialmente no que concerne sobre adiantamento feito por títulos de crédito emitido por sócios, que pode gerar informações inconsistentes, contrárias aos objetivos das Demonstrações Contábeis-Financeiras como estabelece a Estrutura Conceitual, e consequências diversas, impactando significativamente de inúmeras formas a entidade e quem aporta este recurso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *True and Fair View*

A contabilidade como instrumento de redução da assimetria informacional entre os usuários (WATTS, 2002) passou por um processo de regulamentação e padronização, ao longo dos anos, para melhor atender seus objetivos. Países como Brasil e EUA buscaram medidas legais impositivas para instituição destes padrões, já países como Reino Unido e Canadá criaram conselhos profissionais que emitem normas que subsidiam o julgamento profissional (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004).

Alexander e Jermakowicz (2006) discorrem que no começo dos anos 2000, após escândalos econômicos, diversas dúvidas surgiram sobre a realidade econômica apresentada nos relatórios financeiros dos EUA, baseado em regras. Segundo Sunder (2002), fatores políticos, normas detalhistas, engenharia financeira entre outros geraram subterfúgios legais que desviaram os relatórios de seu objetivo principal, demonstrar a realidade econômica. Neste cenário, o conceito de *True and Fair View* (TFV) foi proposto como forma de minimizar estas informações enviesadas (FASB, 2002).

Para ser útil no processo de tomada de decisão os relatórios financeiros precisam apresentar características qualitativas, tais como: relevância, comparabilidade, confiabilidade e compreensibilidade, porém, deve ter como base a representação justa e verdadeira da situação da entidade (CLARKE; SYDNEY, 2004). O termo surgiu no meio jurídico e foi absorvido pela legislação comercial inglesa. A Lei das sociedades anônimas de 1948 definiu que as demonstrações devem trazer a visão justa e verdadeira, mesmo que infringir normas ou legislações. Porém, uma definição nominal de TFV ficou a cargo de julgamentos nas cortes, seguindo o direito consuetudinário inglês (JREIGE, 1998).

Chambers e Wolnizer (1991) expõem que desde o século XVIII diversos normativos britânicos traziam a concepção de qualidade de reporte financeiro atrelado a arranjos como; verdadeiro, regular e justo, verdadeiro e correto, entre outros. Com a *Companies Act* de 1948 o termo ‘verdadeiro e justo’ consolidou-se e, pela emenda de 1985 ganhou status de elemento supressor de qualquer outra norma, se necessário. Rutherford (1985) conclui que a lei não trouxe definição e, portanto, é um conceito empírico e fundamentado em outros conceitos.

O sistema legal anglo-saxão, para Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011) é baseado em casos de precedência e a interpretação é voltada para cada juiz e hierarquia de instância. Segundo Soares (1997) desde o século XI eles mantêm um sistema jurídico passivo, aonde uma questão

é levantada e o juiz formula um ‘remédio’ para o caso, que é invocado para todos outros litígios similares no futuro, denominado de direito criado pelo juiz. Assim é decidida por cada juiz a visão justa e verdadeira da transação ou reporte em debate.

Alexander (1993) argumenta que TFV não é definido e aparece como um conceito flexível. A Quarta Diretiva da União Europeia trouxe o termo TFV a âmbito continental, inclusive a cláusula de supressão de normas. Porém, como a legislação britânica nunca o especificou, sua replicação legal na União Europeia e países membro, trouxe interpretações diferentes, seja não aceitando a sobreposição ou diminuindo sua amplitude, devido situações legais, culturais e práticas contábeis regionais (ALEXANDER, 1993; AISBITT; NOBES, 2001; WALTON, 1993).

O conceito abstrato surgido do meio jurídico inglês só pode ser decidido pelas cortes, porém, estas recorrem às práticas contábeis apresentadas por normas técnicas, divulgadas pelos comitês profissionais (WALTON, 1993). A visão justa e verdadeira será aquela acurada e compreensível aos seus usuários, e estes esperam que a contabilidade esteja em conformidade com as normas emitidas pelos conselhos contábeis. Portanto, as normas contábeis são base para o TFV, porém, como este é um conceito dinâmico, pode haver casos de discrepância, e necessidade de não seguir estas normas (HOFFMANN; ARDEN, 1983).

Marculesco e Dondera (2013) apresentam duas formas de interpretar o TFV. A primeira ligada ao modelo europeu continental, onde os reportes têm propósitos fiscais, portanto, a imagem justa e verdadeira é atrelada a legislação tributária. E o modelo britânico, no qual o propósito econômico demanda que contadores reflitam sobre a realidade econômica da entidade. Enquanto os primeiros buscam a observância às normas expressas, os segundos tentam evidenciar a visão justa e verdadeira das operações, patrimônio e resultados (DANTAS *et al.*, 2010).

Walton (1993), na primeira linha, definiu o *True and Fair View* como uma noção de bem maior que contadores procuram alcançar, mas, irrelevante operacionalmente, pois não tem um significado concreto. Já Nobes (1993) vai definir o TFV, baseado no conceito inglês, como uma implicação, onde a essência econômica é mais importante que qualquer regra; e uma condição, para que uma regra seja quebrada, se for necessário, para retratar essa realidade.

McEnroe e Martens (2004) comentam que para a contabilidade atingir seus objetivos, cada transação deva ser escriturada de tal maneira que a forma seja igual a sua substância, o mesmo aplicado às demonstrações. Segundo Alexander e Jermakowicz (2006), o TFV é o fundamento das características qualitativas da informação contábil, que por sua vez norteiam

as regras tácitas. Assim, o julgamento do contador irá ponderar as características qualitativas e se necessário infringir regras para garantir a evidenciação justa e verdadeira da entidade.

A partir da visão neoclássica, Ekohlm e Troberg (1998) definiram o TFCV como um processo dinâmico de reporte financeiro não enviesado dos componentes que expressam o valor intrínseco da entidade. O valor intrínseco corretamente evidenciado seria equivalente ao valor estimado pelo mercado, estando implícito neste caso o conceito de mercado eficiente de capitais, e a justificativa da adoção da sobreposição deste conceito a qualquer normativo. No quadro abaixo consta algumas definições encontradas na literatura sobre TFCV.

Quadro 1 – Definições de *True and Fair View* na literatura

Definições	Autores
Conceito inerente aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (GAAP)	Walton (1993)
Doutrina que carece de explicações amplamente aceitas	Rutherford (1985)
Princípio norteador do julgamento profissional	Alexander (1993)
Processo dinâmico de reporte financeiro não viesado	Ekohlm e Troberg (1998)
Informação acurada que atenda as expectativas dos usuários	Hoffmann; Arden (1983)
“Conceito transcendental” que fundamenta o sistema contábil	Jreige (1998, p. 12)
Evidenciação da verdadeira realidade da entidade	Marculesco; Dondera (2013)
Implicação da primazia da representação fidedigna sobre regras	Nobes (1993)

Fonte: elaborado pelo autor

Nelson (2003) conclui que *true and fair view override*¹ pode diminuir operações estruturadas que tentam camuflar a realidade dos fatos, mas, pode gerar incentivos a interpretações agressivas que distorcem a informação. Watts (2002) afirma que a subjetividade deste novo modelo pode aumentar o custo de capital e diminuir a acurácia dos reportes. Enquanto Schipper (2003) teme que a sobreposição do julgamento profissional aumente a inconsistência dos relatórios e volatilidade dos números, diminuindo a padronização na contabilização de transações, feita por meio de detalhamento normativo e incentivadas pelas boas práticas da governança corporativa. A padronização diminuiria a possibilidade de manipulação contábil pelos gestores, segundo Schipper (2003).

Os estudiosos reticentes à sobreposição do TFCV evocam a perda da comparabilidade e confiabilidade ao adotar julgamentos profissionais acima de padrões (BENSTON; BROMWICH; WAGENHOF, 2006; NELSON, 2003; RUTHERFORD, 1985; WATTS, 2002). Contudo, Bennett, Bradbury e Prangnell (2006) afirmam que as características qualitativas são complementares, não devem suprimir uma a outras, e que o julgamento profissional irá balancear estes fatores da melhor forma possível. A transparência na adoção

¹ *true and fair view override* ou sobreposição da visão justa e verdadeira é o julgamento contábil que examina se a aplicação de determinada norma gerará uma visão enganosa da transação, permitindo assim, uma distinta forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação (CVM, 2018).

desta prática melhora a confiança na informação e possíveis abusos podem ou deveriam ser autorregulados pelo mercado (JREIGE, 1998).

O Ofício-Circular 01 de 10 de janeiro 2018 da Comissão de Valores Mobiliários, reconhece que o *true and fair view override*, quando bem aplicado, é um valioso instrumento de regulação, assegurando a saúde financeira do mercado. A representação primordialmente justa e verdadeira aumenta o *value relevance* das demonstrações, corroborando com eficiência de mercado (SILVA; HEINZEN; KLANN, 2016). A própria transparência na adoção desta prática, evidenciando impactos e reflexos nas demonstrações, e o papel da auditoria independente garantem a confiabilidade e mitigam o risco de uma informação tendenciosa (MAINES *et al.*, 2003).

O *International Accounting Standard Board* (IASB) precursor do movimento global de harmonização de normas contábeis e promulgador de normas baseadas em princípios tornou-se referência na busca de uma contabilidade que prima pelo *True and Fair View* (ALEXANDER; JERMAKOWICZ, 2006). Diversos países que adotavam as normas baseadas em regras começaram a se aproximar deste conceito (SANTOS *et al.*, 2011). No Brasil, com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 começou a convergência às normas internacionais, e documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendados pelos órgãos reguladores, fazem parte desta harmonização.

Martins e Santos (2008, p. 28) sobre a convergência das normas brasileiras às internacionais ressaltaram:

[...] mudança de filosofia, postura e pensamento quanto a pelo menos três tópicos: **primazia da essência sobre a forma, primazia da análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica e normas orientadas por princípios** e não por regras excessivamente detalhadas e formalizada. (grifo do autor)

Nesse sentido a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatórios Contábil-Financeiros (CPC, 2011a) define como objetivo dos relatórios o fornecimento de informações contábil-financeiras das entidades que sejam úteis para tomada de decisão econômica de seus usuários. Para ser útil, segundo o comitê, a informação precisa ser relevante e apresentar fidedignamente a realidade econômica da entidade (a essência sobre a forma é tratada como sinônimo de representação fidedigna pelo CPC). E sua utilidade é potencializada se for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

O Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC, 2011b), trouxe a prática da sobreposição do julgamento do contador a qualquer normativo do CPC, desde que sua aplicação vá ao encontro de uma apresentação “não enganosa” e que não conflita com objetivo das demonstrações. Recomenda a verificação

aprofundada da possível divergência da transação em particular e tratamento contábil de operações similares em outras entidades para justificar a supressão do requisito específico.

A Contabilidade no Brasil passou a adotar o julgamento técnico do contador como guardião da representação fidedigna da realidade econômica, ou seja, da representação justa e verdadeira da situação econômica da entidade. Subsidiado pela teoria contábil, pronunciamentos contábeis e entendimentos técnicos, o contador passou para o polo ativo da evidenciação do fenômeno patrimonial e financeiro da entidade (OTT *et al.*, 2011).

Um exemplo deste novo tratamento é a posição do Conselho Federal de Contabilidade por meio do Comunicado Técnico CTG 2000 de 2009 que abordou os ajustes das práticas contábeis pela Lei 11.638 de 2007 e MP 449 de 2008 (futura Lei 11.941/2009). Primeiro normativo contábil que discorreu sobre o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), evocou a noção da essência sobre a forma para sua contabilização, uma vez que nenhuma norma tratava especificamente sobre o tema, para que evidenciasse a justa e verdadeiramente a transação.

2.2 Instrumentos Financeiros

As demonstrações contábeis têm por objetivo fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que a reporta, e que seja útil para tomada de decisão de investidores e credores, que estão ligadas a compra, manutenção ou venda de instrumentos patrimoniais ou de dívida (CPC, 2011a). Para isso são agrupadas transações e outros eventos em mesmas classes de acordo com suas características econômicas, denominados elementos.

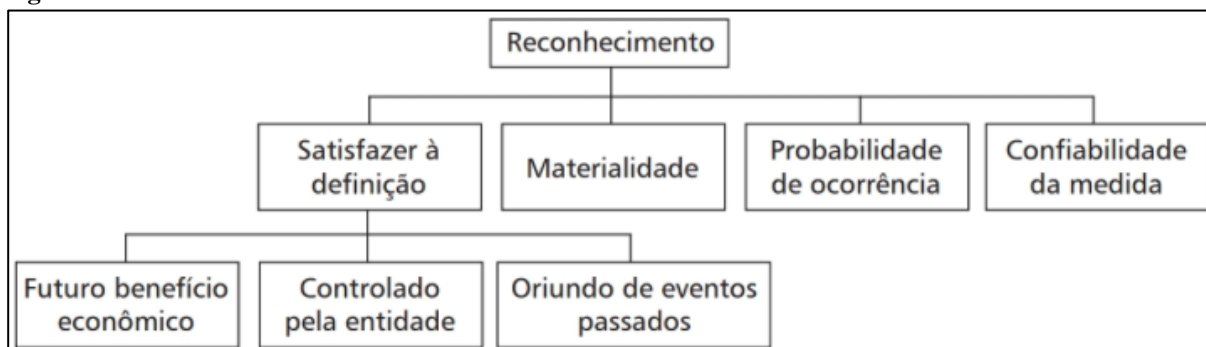
Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

- (a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- (b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- (c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. (CPC, 2011a, p. 26).

A atual Estrutura Conceitual (CPC, 2011a) define ativo em sua substância econômica, não associando ao direito legal de propriedade, mas ao controle do benefício econômico. O controle e a geração de benefícios econômicos, potencial em contribuir para fluxo de caixa, são conceitos básicos para sua definição. O reconhecimento dos elementos deve ser amparado pela probabilidade de ocorrência e confiabilidade de mensuração, sendo recordado a materialidade

como restrição das características qualitativas da informação contábil, conforme figura a baixo. Somente quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam da ou para a entidade, atrelado a confiabilidade de mensuração do custo ou valor, o item deve ser reconhecido.

Figura 1 – Reconhecimento do ativo



Fonte: Niyama; Silva (2013, p. 127)

Também o passivo deve conter uma obrigação presente não necessariamente legal, porém, um dever ou responsabilidade de agir de determinada maneira. Se valor ou prazo sejam indefinidos, ainda sim é constituído o passivo. Já o patrimônio líquido, mesmo sendo interesse residual, tem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade de administrar seus recursos patrimoniais e possui subclassificações para evidenciar estas posições (CPC, 2011a).

Niyama e Silva (2013) elencam algumas críticas a definição de ativo relacionadas a falta de alusão a comerciabilidade; questão dos diferidos e contratos de execução. Samuelson (1996) discorre que a definição é vaga e trata de fluxo não de estoque, que deveria ser apresentado no balanço patrimonial, confundindo custo com ativo. O IASB desde 2013 vêm discutindo com diversos conselhos de classe uma nova definição que reduza estas divergências teóricas, focando na posse do recurso econômico (IFRS FOUNDATION, 2018).

A nova definição de ativo, refletindo no passivo e patrimônio líquido, passa a ser ‘recurso econômico presente, controlado pela entidade e resultado de eventos passados’. Sendo considerado recurso econômico o direito que possui potencial de gerar benefícios econômicos. Trazendo explicitamente que o potencial de gerar benefícios não precisa ser certo ou provável, apenas possível (IFRS FOUNDATION, 2018). Tornando o direito ao recurso como elemento principal, acatando as críticas feitas sobre o foco da probabilidade de gerar benefícios econômicos.

A estrutura conceitual atualizada do IASB, obrigatória a partir de 2020, busca maior julgamento profissional para reconhecimento dos itens patrimoniais. Traz como critério o julgamento se, a evidenciação do ativo, passivo, receita, despesa ou variação patrimonial traga relevância, representação fidedigna e mais benefícios que o custo de apresentação da informação (IFRS FOUNDATION, 2018). Nesta condição, a incerteza de existência,

ocorrência de benefícios econômicos ou mensuração que tragam dúvidas a relevância do reconhecimento pode levar ou não ao registro de um ativo, por exemplo.

Dentre os elementos patrimoniais a disposição das entidades, tem-se os instrumentos financeiros utilizados como mecanismos de gestão de riscos, especulações e arbitragem (MARTINS *et al.*, 2013). Três pronunciamentos técnicos (CPC 39,40 e 48) se referem ao reconhecimento, classificação e apresentação destes instrumentos, e o CPC 38, revogado a partir de 2018, ainda pode ser usado para determinadas entidades, como as que utilizam o CPC PME, ou em determinados casos, como contabilidade de *hedge*.

Martins et al (2013) observam que o IFRS 9 de 2009 (correlato ao CPC 48) trouxe melhorias de evidenciação a partir da simplificação dos requisitos de mensuração dos instrumentos financeiros anteriormente regulados pelo IAS 39 (correlato ao CPC 38). Foram reduzidas as classificações de ativos financeiros de cinco para duas e atreladas ao modelo de negócios e características do fluxo de caixa contratual. E os passivos mensurados a valor justo agora devem registrar a variação decorrente do risco de crédito na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, separado da variação que é lançada no resultado do exercício.

O Pronunciamento CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC, 2009) define Instrumentos Financeiros como “contrato que gera um ativo financeiro para uma parte e passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra parte”. O instrumento patrimonial é o contrato que evidencia participação nos ativos após dedução dos passivos. A definição de ativo ou passivo financeiro, conforme o referido pronunciamento, são apresentados no quadro 1 a seguir.

Quadro 2 – Definições de ativo e passivo financeiro

Ativo Financeiro		Passivo Financeiro	
Caixa		Obrigação Contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro	
Instrumento patrimonial de outra entidade			
Direito contratual de receber caixa ou outro ativo financeiro		Obrigação Contratual de trocar ativo ou passivo financeiro de forma desfavorável	
Direito contratual de troca de ativo ou passivo financeiro de forma favorável			
Contrato que possa ser liquidado (receber) por instrumento patrimonial da própria entidade e:	a) não derivativo cuja liquidação possa ser de forma variável de instrumentos patrimoniais; ou	Contrato que possa ser liquidado (pago) por instrumento patrimonial da própria entidade e:	a) não derivativo cuja liquidação possa ser de forma variável de instrumentos patrimoniais; ou
	b) derivativo que pode trocar montante variável de caixa ou outro ativo financeiro por número variável de instrumento patrimonial		b) derivativo que pode trocar montante variável de caixa ou outro ativo financeiro por número variável de instrumento patrimonial

Fonte: Elaborado a partir de CPC 39 (2009, p.6-7)

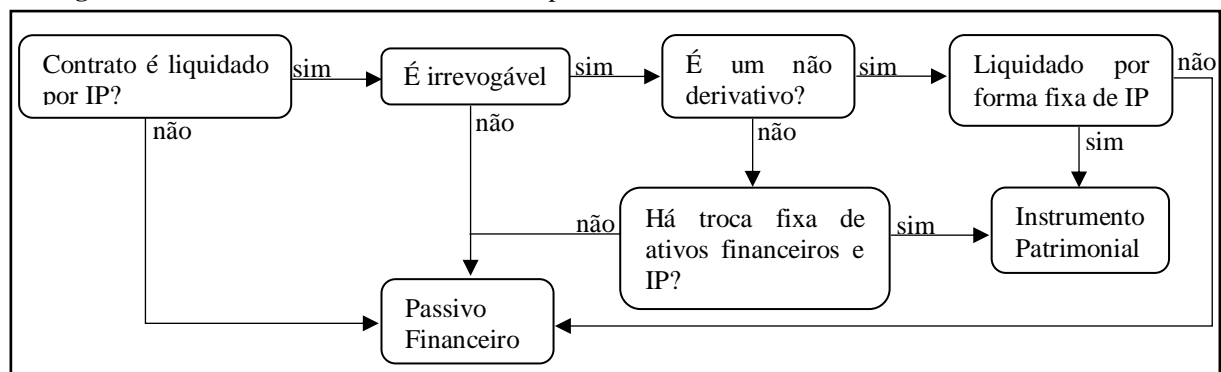
Verifica-se, que além da definição direta de instrumento patrimonial, há definição por negação. Se o contrato não prevê (1) entrega ou troca de forma desfavorável de ativo financeiro,

e é; (2) liquidado por forma fixa de instrumentos patrimoniais (*fixed to fixed*), ou; derivativo com relação fixa entre montante entregue e número de instrumentos patrimoniais, não é um passivo financeiro. Portanto não classificado entre as exigibilidades, mas no patrimônio líquido (CPC, 2009).

Além disto, o Pronunciamento CPC 39 (CPC, 2009) abre exceção a derivativos, com opção de venda ou que entregam parte dos ativos líquidos, serem tratados como instrumentos patrimoniais se cumprirem determinados requisitos. Devem dar ao detentor, em caso de liquidação da sociedade, direto *pro rata* dos ativos líquidos e não ter prioridade sobre outros créditos. E inexistência de outros instrumentos financeiros ou contratos com fluxos de caixa totais que fixam ou restringem substancialmente o retorno residual para o detentor do instrumento.

Considerado característica crítica pelo Pronunciamento, a ausência de obrigação de entrega de caixa ou outro ativo financeiro é considerado o divisor entre passivo ou instrumento patrimonial. Sendo invocada a análise da essência da transação, é indicado que se o emissor “não tem direito incondicional de evitar entregar caixa ou outro ativo financeiro para liquidar uma obrigação contratual, a obrigação satisfaz a definição de passivo” (CPC, 2009, p. 13). Assim, a irrevogabilidade da transação é elementar para definição de um instrumento patrimonial. O fluxograma abaixo apresenta as condições, não considerando exceção a alguns derivativos, para reconhecimento do instrumento financeiro.

Fluxograma 1 – Reconhecimento de instrumento patrimonial



Fonte: elaborado pelo autor

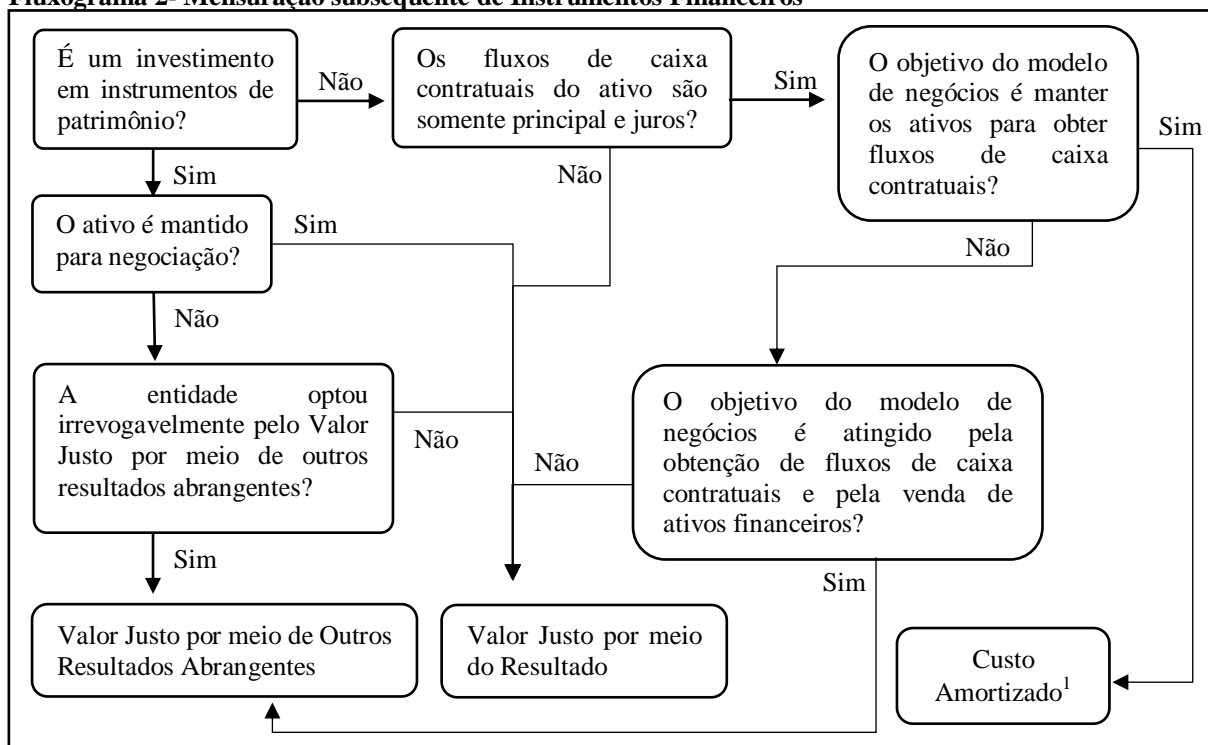
Legenda: IP –instrumento patrimonial

O pronunciamento CPC 40 (CPC, 2012a) obriga a evidenciação de informações que tragam a significância dos instrumentos financeiros para a entidade e sua natureza e extensão dos riscos. Os instrumentos devem ser classificados em: mensurados a custo amortizado, valor justo por meio de resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O pronunciamento CPC 48 (CPC, 2016) determina que a análise seja feita por conjunto dos ativos financeiros. O objetivo da administração com o gerenciamento dessa carteira de investimentos irá balizar a escolha contábil e sua correta apresentação. Evidências citadas para sustentar esse julgamento entre outras são; como é avaliado o desempenho, os riscos e seu gerenciamento, e remuneração dos gestores. Fatos isolados ou insignificantes não mudam o modelo de negócio, mesmo que a realização do instrumento seja diferente do modelo de negócio, como a venda antecipada de um instrumento a custo amortizado, por aumento de risco de crédito. Assim, o julgamento profissional se torna fator preponderante para a classificação do instrumento financeiro.

A entidade que procura obter retorno apenas com fluxos de caixa contratuais, que constituem principal e juros deve mensurar a custo amortizado seu ativo financeiro. Se possui intenção concorrente de obter retornos com a venda do instrumento, reconhece o ativo financeiro a valor justo por meio de resultado abrangente. E por exclusão, os outros títulos são evidenciados a valor justo por meio de resultado, como instrumentos patrimoniais. No caso de instrumentos patrimoniais, pode-se usar a escolha irrevogável de mensuração a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, se não forem mantidos para negociação. A mensuração inicial em todos casos sempre é a valor justo deduzido os custos de transação (CPC, 2016). O fluxograma 1 demonstra estas formas de mensuração subsequente dos instrumentos financeiros.

Fluxograma 2- Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros



Fonte: Adaptado de KPMG (2016, p.10)

Legenda: 1 – Opção irrevogável de *fair option* leva a mensuração a valor justo por meio de resultado

Já os passivos financeiros são mensurados a custo amortizado, com algumas exceções. Ferreira (2016) nomeia de *fair value option*, a exceção que permite a mensuração do valor justo por meio de resultado. Opção irrevogável recomendada quando; reduz ou elimina a inconsistência entre mensuração do ativo e passivo e seu resultado em bases diferentes (descasamento contábil) ou no caso de o título possuir desempenho avaliado a valor justo, expressamente documentada e subordinada a alta administração. O denominado descasamento contábil ocorre quando o ativo e o passivo financeiro possuem base de mensuração diferentes gerando informações inconsistentes, como um título apresentado a custo e outro a valor justo.

3 ANÁLISE DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DO AFAC POR MEIO DE TÍTULOS DE CRÉDITO

Entre os instrumentos financeiros encontram-se documentos jurídicos que criam uma relação obrigacional pecuniária entre as partes, denominado de títulos de crédito. O título de crédito é segundo o artigo 887 do Código Civil “documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, somente produz efeito quando preencha os requisitos da lei” (BRASIL, 2002). Coelho (2015) comenta que os títulos de crédito são documentos representativos de obrigações pecuniárias e possui três princípios gerais: cartularidade, relação criada pela materialização do instrumento; literalidade, obrigação expressamente consignada; e autonomia, o título é separado do fato que o gerou.

Os títulos de crédito, conforme reconhecimento de instrumentos financeiros, devem ser evidenciados quando a entidade torna parte das disposições contratuais. Como o objetivo da manutenção destes títulos é obtenção do fluxo de caixa contratual deve ser mensurado inicialmente a valor justo, deduzidos dos custos de transação, e subsequente a custo amortizado, conforme CPC 48 (CPC, 2016).

Para o reconhecimento do ativo financeiro, deve-se primeiro satisfazer a condição de ativo (recurso controlado pela entidade, resultado de eventos passados, que se espera futuros benefícios econômicos), possuir mensuração confiável e provável ocorrência de geração de benefícios econômicos para entidade (CPC, 2011a). Niyama e Silva (2013) discorrem que somente a possibilidade real de gerar benefícios caracteriza um ativo, e, portanto, um título com emissor insolvente não atenderia esse critério.

O Pronunciamento CPC 40 (CPC, 2012a) define diversos riscos inerentes aos instrumentos financeiros. É obrigatório divulgar informações sobre exposição, natureza, extensão e gerenciamento dos riscos. Após o reconhecimento inicial deve-se fazer a redução ao valor recuperável quando houver aumento significativo dos riscos. O Pronunciamento CPC 48 (CPC, 2016) coloca que isto ocorre pela percepção do aumento entre risco na data do balanço e o inicial, como problemas na recuperação de crédito, registrando a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.

Nunes (2016) expõe que a entidade deve classificar os riscos de forma consistente e verificável, considerando a situação econômico-financeira, liquidez, garantias entre outros, reconhecendo as perdas estimadas. Reforça Almeida (2014) que após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, deve-se verificar eventos que possam impactar nos fluxos de caixas futuros

estimados como dificuldade financeira do emissor do título, inadimplência ou sua eminência, e reconhecer uma perda ao valor recuperável ou, se irrecuperável, baixa do ativo.

Portanto, os títulos de crédito devem ser reconhecidos quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, mensurado inicialmente a valor justo e subsequente a custo amortizado. Deve identificar, gerenciar e divulgar os riscos inerentes ao título, e havendo aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial, deve provisionar uma perda de crédito esperada. Já se não houver mais expectativas razoáveis de recuperação de crédito, deve dar baixa, desconhecimento, do ativo.

Sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), estes são recursos recebido pela entidade para futuro aumento do Capital Social (MARTINS *et al.*, 2013). A problemática envolvida é a não especificação normativa sobre a contabilização desta transação, gerando discussões sobre sua apresentação nas demonstrações financeiras. O Fisco, pesquisadores da área contábil, como Martins *et al* (2013) e Almeida (2010), e empresas de auditoria e consultoria, como a PWC, buscam analisar cada caso e aplicar conceitos gerais para melhor compreender a realidade da transação.

O CTG 2000 do CFC à luz da teoria contábil definiu que os referidos adiantamentos feitos de forma irrevogáveis devem ser registrados no Patrimônio Líquido, e quando do contrário no Passivo Não Circulante. Martins *et al* (2013) seguem esta linha e afirmam que se os recursos têm clara intenção de capitalização, documentada por instrumentos formais irrevogáveis, devem ser evidenciadas no patrimônio líquido da entidade.

Já a RFB por meio do Parecer Normativo CST nº 23/81 obrigava a contabilização como exigibilidade. Porém, este entendimento estava ligado a sistemática de correção integral de balanços que foi revogada em 1996. Nos últimos anos ela vem caracterizando algumas operações de AFAC como transações de mútuo, julgando como simulações para não pagamento de tributos (RFB, 2009, 2012). Mas o entendimento de irrevogabilidade e destinação à capitalização também são mencionados pela RFB.

A PriceWaterhouseCoopers (PWC), empresa de auditoria, propõe o debate sobre instrumento de dívida ou patrimonial aos AFAC. O conceito de Passivo Financeiro também prevê casos cuja liquidação é dada por meio variável de instrumentos patrimoniais. Assim, deve ser observado não só irrevogabilidade, mas se o valor do recurso e número de ações seja fixo, ou seja, ser um instrumento patrimonial (PWC, 2010). Posição esta coerente com decisões administrativas tomadas pela CVM nos últimos anos. A exemplo da Decisão Colegiada proferida em 2012:

De acordo com o item 16 b (i) do CPC 39, considerando ser o AFAC um Instrumento Financeiro não derivativo, somente poderá ser classificado como Instrumento Patrimonial quando não incluir "obrigação contratual para o emitente de entregar número variável de seus próprios instrumentos patrimoniais" (CVM, 2012)

O Pronunciamento Técnico CPC 39 define que instrumento patrimonial é aquele que será liquidado por meio de entrega de número fixo de seus próprios instrumentos em troca de montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro (CPC, 2009). Portanto, os AFAC devem ser classificados como Patrimônio Líquido se contiverem estes requisitos. Ferreira (2016) argumenta que o conceito *fixed to fixed* parece contrário a uma visão principiológica contábil, mas a lógica primária é o risco patrimonial que o detentor deve correr para ser um instrumento patrimonial.

Como observado, os entendimentos sobre a evidenciação no passivo ou PL acabam ficando a cargo de órgão reguladores como CVM e RFB, possuindo menção dos AFAC em alguns estudos sobre a temática de instrumentos financeiros. No exterior verifica-se que estes AFAC também são pouco explorados, mesmo havendo alguma normatização específica, e são encontradas dificuldades na sua correta evidenciação.

Na Argentina a Federação Argentina de Conselhos Profissionais de Ciências Econômicas (FACPCE) orienta que o *Aporte irrevocable de capital* deve ser contabilizada após o efetivo aporte de capital e permite o reembolso, do mesmo modo que o direito de retirada (BEST; SOULIER, 2010). No Reino Unido, a *Privy Concil Office* (Corte de Apelação da *Commonwelth*) (*Privy Concil Office*, 2010) referendou a evidenciação do *Advance Capital Contribution* como instrumento patrimonial, similar ao ágio na subscrição de ações.

Na Índia uma conta similar a AFAC, *share application Money pending allotment*, foi regulamentada com a nova *Companies Act* (legislação societária indiana) de 2013 após diversas contestações em tribunais, também evidenciando no patrimônio líquido a parte que essencialmente será transformada em capital social (KPMG, 2015). Lá também é evocado a interpretação que a possibilidade de revogação do aporte e ressarcimento do sócio o caracteriza um passivo.

Em 2012 a *Securities and Exchange Comission* (SEC) das Filipinas emitiram o *Financial Reporting Bulleting* nº 6, regulamentando o *deposit for future stock subscription*. Sua classificação como instrumento patrimonial só se dará se cumprir quatro requisitos: o capital social aprovado e não subscrito é inferior ao aporte; aprovação do conselho diretor; aprovação da assembleia de acionistas e apresentado a proposta à Comissão de Valores Mobiliários das Filipinas (SEC PHILIPPINES, 2017).

Nos EUA, aonde as decisões jurídicas são baseadas em casos precedentes (SOARES, 1997), o processo *Roth Steel Co. v. Commissioner* (1986) é utilizado como referência para divergências de evidenciação entre uma dívida ou aporte de capital sem prévia subscrição (*Indmar Products Co. v. Commissioner*, 2006). Foi procurado entender a forma de aporte para caracterização de contribuição de capital e não uma dívida, sendo levantados 11 pontos:

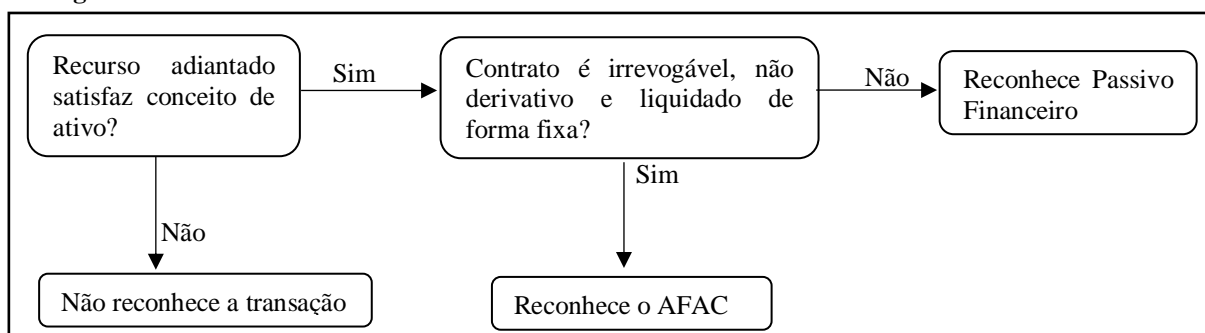
24. (1) os nomes dados aos instrumentos, se houver, evidenciando o endividamento; (2) a presença ou ausência de uma data de vencimento fixa e cronograma de pagamentos; (3) a presença ou ausência de uma taxa fixa de juros e pagamentos de juros; (4) a fonte dos reembolsos; (5) a adequação ou inadequação da capitalização; (6) a identidade de juros entre o credor e o acionista; (7) a segurança, se houver, para os adiantamentos; (8) a capacidade da corporação de obter financiamento de instituições de crédito externas; (9) a medida em que os adiantamentos estavam subordinados às reivindicações de credores externos; (10) a medida em que os adiantamentos foram utilizados para adquirir ativos de capital; e (11) a presença ou ausência de um fundo de amortização para fornecer reembolsos (tradução do autor).

Assim, para os impasses usa-se a essência da transação, levantando-se em conta as características que distinguem do passivo, situação que ocorre o adiantamento, inclusive sua destinação, e semelhança com os outros instrumentos patrimoniais. Assim, é feita uma análise ponderada dos 11 tópicos citados.

Usualmente utilizado para aumentar liquidez da empresa, os AFAC acontecem quando por razões outras, como pendências jurídicas, não é prontamente subscrito. Porém, a transação não tem relação direta com sua finalidade, em essência constitui-se em recursos entregues por sócios na empresa que futuramente serão convertidos em capital.

Os AFAC são analisados como instrumentos financeiros, portanto, deve-se verificar os requisitos para reconhecimento como passivo financeiro ou instrumento patrimonial na entidade que recebe este recurso. Se o contrato é irrevogável e tiver quantidade fixa de recurso aportado a ser transformado em quantidade fixa de ações ou quotas que serão acrescidas ao capital, configura-se perfeitamente num instrumento patrimonial, logo sua evidenciação deve ser no patrimônio líquido.

Quanto ao recurso entregue, não tendo nenhuma limitação, seja na legislação comercial ou nas normas contábeis, sua única obrigatoriedade é satisfação do conceito de ativo. E para ser reconhecido como um ativo, este deve atender ao conceito de ativo, isto é, ser recurso controlado pela entidade resultado de evento passado e que se espera benefício futuro. Esta proposta de reconhecimento dos adiantamentos é apresentada no fluxograma abaixo.

Fluxograma 3 - Reconhecimento do AFAC

Fonte: elaborado pelo autor

O título emitido para empresa que futuramente será convertido em caixa, cumpre os requisitos necessários para reconhecimento do ativo. Como instrumento financeiro, deve ser feito periodicamente a avaliação atrelado ao risco de crédito e provisionar uma perda estimada, ajustando ao valor recuperável; e se irrecuperável, dar baixa no ativo. Ambos feitos em contrapartida ao AFAC, origem desta transação. Sendo obedecido estes critérios, o título de crédito deve ser reconhecido como ativo, portanto, tipificado como recurso adiantando a título de AFAC.

Portanto, após o reconhecimento inicial haverá dois desdobramentos. Os títulos de crédito serão realizados e transformados em disponível, devendo haver a devida contabilização. Deve-se periodicamente analisar os riscos de crédito e reconhecer, se necessário, a perda estimada, em compensação, também reduzindo o valor reconhecido no AFAC. Caso o valor realizado seja menor que o que registrado, e não foi reconhecido a perda estimada anteriormente, deve-se conjuntamente a realização do título dar baixa desta diferença no resultado do exercício e em seguida do AFAC reconhecida no patrimônio líquido.

Em paralelo, os AFAC, após cumprir requisitos para subscrição, serão incorporados ao Capital social. A partir daí este valor estará amparado pela legislação societária, e as situações que se sucederão serão evidenciadas em conformidade com esta. Por exemplo, caso já tivesse acontecido a incorporação ao Capital social e o título aportado não foi totalmente realizado, a legislação prevê os direitos que a entidade possui com este ‘sócio remisso’, como cobrança judicial (BRASIL, 1976, 2002), reconhecido um passivo para entidade.

Buscando outras formas de evidenciação desta transação, visualizou-se que estas acabariam refletindo uma informação viesada para seus usuários. Se os recursos recebidos, títulos de crédito, não pudessem ser reconhecidos como AFAC, não integrando o patrimônio líquido, por dedução, seriam evidenciados como um passivo da entidade para com o sócio. O passivo, neste caso passivo financeiro, seria um não derivativo no qual a entidade é obrigada a entregar número fixo do capital social. Este passivo em essência cumpre os requisitos de

instrumento patrimonial. Portanto, esta apresentação no passivo não iria de encontro a representação fidedigna da transação.

Observando que o título será convertido em disponível, poderia se considerar um aumento de capital que, não sendo realizado no ato, seria classificado como capital a integralizar. Cabe então duas observações. A conta capital a integralizar se refere a um aumento de capital já subscrito, ato formal, amparado e detalhado na lei 6.404/76, que é aprovado em assembleia geral e o recurso será integralizado no futuro. Os contratos de AFAC não cumprem os requisitos para uma subscrição de capital, portando juridicamente o valor a ‘integralizar’ não poderiam ter tratamento análogo.

A segunda análise cabe a essência da transação, o adiantamento de recursos, relação intrínseca do AFAC, foi feito. Ao considerar o reconhecimento de recursos a integralizar, além de negar que os títulos de crédito podem ser reconhecidos como recursos, ou seja, ativo, não estaria se evidenciando completamente a operação, visto que os recursos não estão pendentes, mas já foram entregues. Portanto, esta apresentação também estaria representando outra realidade econômica e não a que ocorreu.

Analisando uma situação em que fosse firmado entre os sócios o adiantamento para aumento de capital por meio de títulos de crédito, sendo registrado em ata de assembleia, o não reconhecimento desta transação realça a incoerência com a realidade econômica do fato. O fato econômico corroborado pela ata, evidenciando que os sócios, representantes da entidade, atestaram esta transação, expõe um adiantamento para aumento de capital que seria por meio de títulos de crédito, esta é representação fidedigna do fato. Registro outro que não como AFAC em contrapartida de títulos a receber levaria a uma evidenciação viesada. Portanto, apenas o reconhecimento dos títulos de crédito como adiantamentos para aumento de capital traria uma informação condizente com a realidade que se propõe apresentar.

4 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos títulos de créditos emitidos por sócios em favor da entidade com intenção de posteriormente aumentar o capital social. Para isso buscou-se identificar os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação de Títulos de créditos e de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Considerando que o princípio dessa transação é o adiantamento de recursos posteriormente convertidos em capital social, observa-se que a essência desta operação não possui alguma associação imperiosa com o recurso aportado. Portanto, um adiantamento para aumento de capital feito por meio de títulos de créditos emitidos por sócios é passível de reconhecimento, mensuração e evidenciação, demonstrando a realidade econômica da transação.

Observado as características de um instrumento patrimonial para contabilização dos AFAC e de ativos financeiros para os títulos de créditos, portanto, sendo analisado a essência da transação para seu reconhecimento que busca representar fidedignamente a transação, há condições para contabilização desta transação em títulos a receber de sócios como ativo financeiro em contrapartida de AFAC no patrimônio líquido.

Esta reflexão buscou contribuir para a compreensão dos AFAC feitos por títulos de crédito, expandindo o conhecimento acadêmico sobre o tema. Foi feita uma análise com base no conceito de visão justa e verdadeira (TFV) apoiado nas normas contábeis relacionadas ao assunto, que transmitem esta representação fidedigna. Como limitação, apresenta-se a não regulamentação dos AFAC, sendo analisado a questão por reflexões contábeis atreladas ao cenário normativo atual.

O estudo não possui pretensão de exaurir discussões sobre este tema. Os AFAC possuem um campo de pesquisa contábil ainda não criticamente analisado e sugere-se mais estudos sobre o assunto como pesquisas que analisem a contabilização dos AFAC feitos por meio de outros recursos e a evidenciação dada aos AFAC nas demonstrações contábeis, que podem corroborar para a discussão científico nesta área.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, David; JERMAKOWICZ, Eva. *A True and Fair View of The Principles Rules Debate*. *Abacus*, vol. 42, n.2, p.132-164, jun. 2006.
- ALEXANDER, David. *A European true and fair view?* *European accounting review*, v. 2, n. 1, p. 17-46, 1993.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade avançada em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. São Paulo: Atlas, 2010.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BENNETT, Bruce; BRADBURY, Michael; PRANGNELL, Helen. *Rules, principles and judgments in accounting standards*. *Abacus*, v. 42, n. 2, p. 189-204, jun. 2006.
- BEST, Marcus; SOULIER, Jean-Luc (Eds). *International Securities Law Handbook*. (World Law Group Series) 3. ed. (World Law Group Series). Bedfordshire: Wolters Kluwer, 2010.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www4.planalto.org.br/legislacoes/>>. Acesso em: 10 mar. 2018
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <<http://www4.planalto.org.br/legislacoes/>>. Acesso em: 20 jan. 2018
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <<http://www4.planalto.org.br/legislacoes/>>. Acesso em: 10 mar. 2018
- CARMO, C. H. S. do; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. de. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p. 242-262, dec. 2011.
- CARVALHO, Alessandro Jacó de; PIERRI JÚNIOR, Marcelo Antonio; LORANDI, Joisse. Divulgação dos valores destinados do lucro líquido: um estudo nas empresas do novo mercado. **Revista Contabilidade, Ciência da Gestão e Finanças** v.4, n.1, p. 71-87, 2016.

CHAMBERS, R. J.; WOLNIZER, P. W. *A true and fair view of position and results: the historical background. Accounting, Business & Financial History*, v. 1, n. 2, p. 197-214, 1991.

COELHO, Fábio U. Manual de Direito Comercial. Direito de Empresa 27^a ed. São Paulo: Atlas, 2015.

COMISSÃO VALORES MOBILIÁRIOS. **Decisão do Colegiado de 19 de julho de 2012**. Processo Administrativo CVM no RJ2011/7085. Reg. Col. no 8212/2012. Brasília: CVM, 2012. Disponível em: <<http://www.cvm.org.br/decisoaes>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

COMISSÃO VALORES MOBILIÁRIOS. **OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018**. Brasília: CVM, 2018. Disponível em: <<http://www.cvm.org.br/legislacao>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: CPC, 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 39**. Revisão 12. Instrumentos Financeiros: Apresentação. Brasília: CPC, 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1)**. Revisão 12. Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Brasília: CPC, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 46**. Mensuração do valor justo. Brasília: CPC, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20. abr. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 48**. Instrumentos Financeiros. Brasília: CPC, 2016. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISICAIS. **ACÓRDÃO 3301-002.282** de 27 de março de 2014. Terceira Câmara do COAF. Brasília: COAF, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009**. Comunicado Técnico Geral CTG 2000. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/legislacao>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

DANTAS, José A. *et al.* Normatização contábil baseada em princípios ou em regras? Benefícios, custos, oportunidades e riscos. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, set./dez. 2010.

DEAN, Graeme; CLARKE, Frank. *Principles vs rules: True and fair view and IFRSs*. **Abacus**, v. 40, n. 2, editorial, abr. 2004.

EKHOLM, Bo-Göran; TROBERG, Pontus. *Quo vadis true and fair view?*. **Journal of international accounting, auditing and Taxation**, v. 7, n. 1, p. 113-129, 1998.

FERREIRA, Tadeu Cendon. **Instrumentos financeiros patrimoniais previstos na legislação societária brasileira à luz das normas internacionais de contabilidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Proposal for a Principles-Based Approach to U.S. Standard Setting*. No. 1125-001. FASB, out. 2002. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HOFFMANN, Leonard; ARDEN, Mary H. *Legal opinion 'true and fair view'*. **Accountancy**, v. 94, p. 154-156, nov. 1983.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS FOUNDATION. *Conceptual Framework. Current stage*. IFRS Foundation, fev., 2018. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/projects/work-plan/conceptual-framework>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

JREIGE, Elionor F. *True and fair view: um entrave ou um impulso para a contabilidade?*. **Caderno de estudos**, São Paulo, n. 17, p. 01-15, abr. 1998.

KPMG. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Nova regra de classificação de ativos financeiros, incluindo a redução a valor recuperável. *First Impressions*. **KPMG Escritório Brasil**, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.home.kpmg.com>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

KPMG. *Share application money – accounting and disclosure*. *Accounting and Auditing Update*. **KPMG India Office**, maio 2015. Disponível em: <<http://www.home.kpmg.com>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MAINES, Laureen A. *et al.* *Evaluating Concepts-Based vs. Rules-Based Approaches to Standard Setting*. **Accounting Horizons**, vol. 17, n.1, p.73-89, mar. 2003.

MARCULESCU, Ana-Maria; DONDERA, Octavian Florin. *TRUE AND FAIR VIEW-THE SUPREM TRUTH IN ACCOUNTING?* 1. **Studia Universitatis Vasile Goldis Arad - Seria stiinte economice**, v. 23, n. 2, p. 64, 2013.

MARTINS, Eliseu *et al.* **Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos. Alguns pontos da Lei 11.638 e a internacionalização da contabilidade brasileira. **Revista IBEF News**, n. 115, p. 28-30, mar. 2008.
- MCENROE, John E.; MARTENS, Stanley C. *It's time for a true and fair view*. **Accounting Forum**, vol. 28, n. 4 p. 427-430, dez. 2004.
- NELSON, Mark W. *Behavioral Evidence on the Effects of Principles- and Rules-Based Standards*. **Accounting Horizons**, vol. 17, n.1, p.91-104, mar. 2003.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- NOBES, Christopher. *The true and fair view requirement: impact on and of the Fourth Directive*. **Accounting and Business Research**, v. 24, n. 93, p. 35-48, 1993.
- NUNES, Paulo Vitor Moreira. **Impairment e PCLD de ativos financeiros - O Impacto Institucional do IFRS**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- OTT, Ernani *et al.* Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, set./dez. 2011.
- PHILIPPINE SECURTIES AND EXCHANGE COMISSION. **Financial Reporting Bulleting nº 006. Deposits for Future Subscriptions**. Pasay: PHILIPINNE SEC, 2017. Disponível em:<www.sec.gov.ph>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS. Contabilização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC). **Navegador Contábil**, n. 9, jul. 2010.
- PRIVY COUNCIL OFFICE. **Privy Council Appeal No. 42 of 1998**. KELLAR V WILLIAMS: PC 7 FEB 2000. Disponível em: <<https://www.privacy-council.org.uk/>>. Acesso em 25 jan. 2018.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **ACÓRDÃO Nº 12-49093 de 27 de agosto de 2012**. 15ª Turma da Secretaria da Receita Federal. Brasília: RFB, 2012.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **ACÓRDÃO Nº 15-21537 de 30 de outubro de 2009**. 4ª Turma da Delegacia da Receita Federal de julgamento em Salvador. Salvador: RFB, 2009.
- RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Parecer Normativo da Coordenação do Sistema De Tributação - CST nº 17, de 20 de agosto de 1984**. Brasília: RFB, 1984.
- RIAHY-BELKAOU, Ahmed. **Accounting theory**. 5th ed. Thomson Learning: Londres, 2004.
- RIAHY-BELKAOU, Ahmed. **Financial Analysis and the Predictability of Important Economic Events**. Quorum Books: Westport, 1998.
- RUTHERFORD, B. A. *The true and fair view doctrine: a search for explication*. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 12, n. 4, p. 483-494, 1985.

- SAES, Ricardo Madrona. **Contrato de Suporte de Acionistas**. 2016. Dissertação (mestrado)—Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SAMUELSON, R. A. *The concept of assets in accounting theory*. **Accounting Horizons**, v. 10, n. 3, p. 147, 1996.
- SANTOS, Luis P. G. dos *et al.* Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, mai./ago. 2011.
- SCHIPPER, Katherine. *Principles-Based Accounting Standards*. **Accounting Horizons**, vol. 17, n.1, p.61-72, mar. 2003.
- SILVA, Alini DA; HEINZEN, Cátia; KLANN, Roberto C. Consequências do Conservadorismo Contábil na Assimetria da Informação em Empresas Brasileiras. IN: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 16, 2016, São Paulo, **Anais eletrônicos...** São Paulo, USP-FIPECAFI: 2016 Disponível em: <<http://www.congress USP.fipecafi.org/anais/>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- SILVA, Cátia B. A da; MADEIRA, Geová J.; ASSIS, José L. F. de. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 1, n. 1, p. 115-139, jan./jun. 2004.
- SOARES, G. F. S. Estudos de Direito Comparado (I) -O que é a "Common Law", em particular, a dos EUA. **Revista da Faculdade de Direito**, v. 92, p. 163-198, 1997.
- SUNDER, Shyam. *Regulatory competition for low cost-of-capital accounting rules*. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 21, n. 2, p. 147-149, verão, 2002.
- UNITED STATES COURT OF APPEALS. SIXTH CIRCUIT. No 05-1573. **INDMAR PRODUCTS CO., INC V COMMISSIONER OF INTERNAL REVENUE**, 06a0133p.06. **DECISION**. MICHIGAN: 2006. Disponível em: <<https://www.ca6.uscourts.gov/opinions.org/>>. Acesso em 10 mar. 2018.
- UNITED STATES COURT OF APPEALS. SIXTH CIRCUIT. No 85-1656. **ROTH STEEL TUBE COMPANY V COMMISSIONER OF INTERNAL REVENUE**, 800 F2D 625. **DECISION**. MICHIGAN: 1986. Disponível em: <<https://www.openjurist.org/>>. Acesso em 10 mar. 2018.
- WALTON, Peter. *Introduction: the true and fair view in British accounting*. **European Accounting Review**, v. 2, n. 1, p. 49-58, 1993.
- WATTS, Ross L. *Conservatism in accounting*. Simon School of Business, Working Paper No. FR 02-21, **SSRN**, dez. 2002.